



(Da esquerda para a direita) Presidente paraguaio Fernando Lugo, Presidente boliviano Evo Morales, Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente equatoriano Rafael Correa e o Presidente venezuelano Hugo Chávez assistem ao Fórum Social Mundial em Belém, no Brasil, como participantes no painel latino-americano, 29 Jan 09.

(Foto cortesia da Wikimedia Commons/ Fabio Rodrigues Pozzebom, Agência Brasil)

A Ascensão do Populismo Esquerdista — Um Desafio à Democracia?

Maj Jonathan Bissell, Exército dos EUA

Ao longo dos últimos 17 anos, o número de democracias que virou para “esquerda” ou “centro-esquerda” tem aumentado significativamente por toda a América Latina. No início dos anos 90, 64% dos presidentes latino-americanos pertenciam a um partido político de “direita” ou de “centro-direita”. No entanto, já no início de 2009, 71% — 15 de 21 países

— tinham mudado para um presidente de um partido político de esquerda ou de centro-esquerda¹. Depois de mais de 30 anos de vários tipos de estilos de liderança conservadora, essa tendência de mudança política tem afetado a grande maioria dos países da América Central, do Norte e do Sul². Isso compeliu muitos acadêmicos e especialistas em relações internacionais

a se perguntarem se a América Latina corre o risco de afastar-se da democracia e reverter-se em governos de domínio autoritário.

Depois de analisar as razões causais, contudo, parece que o surgimento do populismo “esquerdista” na América Latina não representa um desafio sério à democracia na área, com exceção àqueles Estados que mudaram substancialmente as suas constituições, como a Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela. Em vez disso, o surgimento de políticos populistas esquerdistas eleitos democraticamente pode ser atribuído a vários problemas relacionados que permeiam a América Latina, incluindo a desigualdade social histórica e a injustiça baseada em classes, um desejo para um afastamento político dos governos conservadores fracassados do passado e um amplo descontentamento com as políticas econômicas nacionais. Este artigo analisará, de maneira resumida, os impactos que esses fatores tiveram nas recentes eleições e as possíveis estratégias para ajustar a política externa dos EUA.

Os Impactos da Tendência para a Esquerda

Os impactos futuros dos governos esquerdistas, eleitos democraticamente, na região colocarão mais ênfase no investimento em programas domésticos e sociais, e menos nas despesas militares. Ao contrário dos antigos regimes, os novos governos se concentrarão em soluções para os problemas domésticos ressaltados nas plataformas de campanha. Enquanto isso ocorre, é provável que os Estados Unidos experimentem reações adversas dos governos recém-eleitos devido à retórica anti-imperialista empregada comumente por políticos em toda a região para estimular apoio público para as suas políticas, por meio da exploração do sentimento antiamericano generalizado. Muito desse sentimento antiamericano se baseia na percebida intrusão nos assuntos internos da América Latina pelos Estados Unidos por todo o século XX, especialmente durante a Guerra Fria. No entanto, os Estados Unidos podem minimizar o impacto duradouro dessa reação adversa e ajustar-se politicamente ao surgimento dos novos governos populistas da esquerda por meio do emprego efetivo das suas ferramentas de poder brando da política externa³.

Joseph Nye, um reconhecido acadêmico em relações internacionais, descreve o poder brando como os “incentivos” na forma de pagamentos e o seu oposto, o

poder rígido, como as “punições” na forma de ameaças⁴. Nye opina que o poder brando é essencialmente “uma forma branda ou indireta de exercer o poder ... conseguir que outros queiram o que você quer”⁵. O poder brando pode ser exercido pelas seguintes formas:

- ♦ a prática da diplomacia
- ♦ o emprego efetivo das instituições internacionais
- ♦ a adesão à lei internacional e a outros acordos obrigatórios e não obrigatórios, como tratados e acordos comerciais
- ♦ a promoção do espírito empreendedor americano e do estilo de vida americano
- ♦ a adoção dos valores democráticos e dos direitos humanos
- ♦ a contribuição de assistência externa
- ♦ a ênfase nas remessas substanciais de dinheiro pelos imigrantes nos EUA de volta aos seus países nativos
- ♦ a proliferação de tecnologia da informação e da comunicação dos EUA por todo o mundo

No entanto, primeiramente, entre as ferramentas diplomáticas ao seu dispor para garantir que o país mantenha credibilidade e influência na região está a conformidade dos EUA com as políticas que respeitem as decisões democráticas dos eleitores e um compromisso verdadeiro de continuar a trabalhar com os governos recém-eleitos de centro-esquerda nas áreas de interesse comum.

O Surgimento de Políticos Populistas

O início do surgimento de líderes populistas e da esquerda política por toda a América Latina começou com a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998⁶. Ele foi eleito com sucesso ao denunciar as instituições venezuelanas como instrumentos corruptos de uma “oligarquia rançosa”⁷. O êxito de Chávez foi seguido pela eleição de vários outros chefes de Estado ao longo dos próximos 15 anos, incluindo Luiz Inácio Lula de Silva no Brasil, em 2002; Néstor Carlos Kirchner, na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2004; Evo Morales na Bolívia, em 2005; Rafael Correa no Equador, em 2006; e Daniel Ortega na Nicarágua, em 2006. Outros, usando campanhas populistas semelhantes, logo seguiram, como Ollanta Humala, no Peru, e Enrique Peña-Nieto, no México, ambos em 2011⁸.

É importante levar em consideração que historicamente as democracias na América Latina têm sido fracas, com apenas poucas sendo “democracias



Uma vista aérea da favela de La Cava (acima) e uma comunidade fechada nos subúrbios (abaixo) nos arredores de Buenos Aires, na Argentina, 12 Abr 03. A foto salienta a divisão gritante entre os ricos e os pobres na Argentina atual. O emaranhado de casas decrépitas de madeira compensada cresceram rapidamente durante a recessão de cinco anos, sobrepujando o alargamento do subúrbio da classe média.

(AP Foto/Natacha Pisarenko)

consolidadas”, com direitos humanos completos, a verdadeira liberdade da mídia e as capacidades eficazes da imposição da lei, ao longo do tempo⁹. Nessa perspectiva, embora os Estados Unidos reconhecessem cada um desses novos governos, os burocratas e acadêmicos dentro dos círculos das políticas externas dos EUA ficaram preocupados com o futuro da democracia na região¹⁰. Contudo, se o governo dos EUA concordou ou não com as políticas dos novos governos, isto não questionou a legitimidade do processo democrático que colocara esses chefes de Estado e seus novos governos no poder.

Apoio aos Governos Esquerdistas — Reações à Injustiça Social e à Desigualdade

As pesquisas de opinião entre os cidadãos das nações latino-americanas que elegeram políticos esquerdistas mostraram frustração com as injustiças sociais e as desigualdades históricas em seus países. Historicamente, a América Latina tem sido repleta de

discriminação e preconceitos com base na etnia, raça e, acima de tudo, status social. Ao que consta, as recentes eleições por toda a América Latina “desencadearam a crescente mobilização dos povos nativos” entre aqueles que votaram em candidatos que prometiam aliviar a repressão racial e étnica do passado¹¹. Essa tendência se manifestou claramente com Chávez na Venezuela, que alegou prover uma alternativa para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), assim impedindo a hegemonia americana na região¹². Com uma eficaz retórica de campanha e eleitores nativos mobilizados, a “extrema-esquerda” foi capaz de conseguir com êxito a maioria dos votos da classe baixa.

A Reversão Política Causada pelas Políticas Falhas

Muitos dos governos anteriores dos afetados Estados latino-americanos eram conservadores e se aderiam às reformas fiscais e estruturais prescritas pelo Consenso de Washington¹³. Alguns desses governos eram autocráticos



Pessoas na fila em um local de votação durante as eleições presidenciais em El Alto, nos arredores de La Paz, na Bolívia, 18 Dez 05. Os votantes estavam profundamente divididos entre o esquerdista Evo Morales e o ex-Presidente conservador Jorge "Tuto" Quiroga.

(AP Foto/Juan Karita)

e autoritários, muitos dos quais apoiados direta ou indiretamente pelos Estados Unidos¹⁴. As populações vivendo sob o domínio desses tipos de regimes — muitos dos quais foram eleitos democraticamente — tinham concedido aos seus líderes de tendência capitalista vários anos para consertar os problemas tradicionais da América Latina, assim como sistemas elitistas, autoritários, hierárquicos, corporativistas e patrimoniais, mas com resultados insatisfatórios¹⁵. Independente disso, os eleitores continuaram a expressar predominantemente um desejo pelas formas democráticas de governo ao invés das autocráticas, com taxas de até 80%¹⁶. Contudo, também queriam mudanças sociais abrangentes e a criação de condições de igualdade na esfera socioeconômica. Vários anos após a queda da União Soviética, o povo já não acreditava que um voto para a esquerda inclinaria a sua nação para o comunismo totalitário¹⁷. Quando candidatos esquerdistas que advogavam por uma forma de democracia populista avançaram, com visões alternativas de um governo popular amplamente representativo, o povo os elegeu em massa.

Os políticos astutos aproveitaram a oportunidade, refletindo os desejos e o novo poder dos eleitores. Encheram as suas campanhas com retóricas que culpavam os Estados Unidos pelas políticas econômicas rígidas de reforma estrutural, lembraram os cidadãos do envolvimento frequente dos Estados Unidos em golpes de Estado por toda a região e culpavam a sua oposição política, que tinha relações com os Estados Unidos, pelos problemas da sua nação. Em países como a Argentina, o Fundo Monetário Internacional, baseado em Washington, D.C., foi culpado pela fraca situação fiscal, e desta maneira, os Estados Unidos¹⁸.

Da mesma forma, embora não culpasse diretamente os Estados Unidos por todos os seus problemas internos, os eleitores historicamente marginalizados se identificavam de bom grado com a retórica de campanha que culpava as classes da elite política, devido às suas relações com os Estados Unidos. De comum acordo, as campanhas esquerdistas fizeram promessas às grandes populações historicamente em desvantagem,

prometendo que elas receberiam oportunidades mais igualitárias nos dias vindouros, porque os “gringos” não seriam permitidos a interferir nas suas políticas internas, por meio das suas maquinações. Essas supostas maquinações incluíam acordos comerciais, que pareciam ser como a teoria de dependência tradicional comum na região, onde os lucros escoavam para o norte enquanto os latinos faziam todo o trabalho, mas recebiam pouco, ou nenhum, benefício. Consequentemente, os eleitores que receberam a promessa de um melhor sistema de redistribuição da riqueza e oportunidades iguais, para fazer parte dos atributos positivos da globalização, votaram pelas mudanças.

O Descontentamento Doméstico com as Políticas Econômicas

Até certo ponto, o surgimento da esquerda na América Latina ocorreu porque governos conservadores se encontraram na infeliz situação de ocupar o poder durante tempos de adversidade econômica e de instabilidade no comércio global, sob os quais tinham pouca influência e controle¹⁹. O desagrado com as políticas fiscais nacionais é outra razão importante para que as democracias latino-americanas estejam votando, recentemente, em políticas esquerdistas que prometem mudanças. Parece que os eleitores puniram os presidentes em exercício durante um período de alta inflação ou fraco crescimento econômico. Os indicadores macroeconômicos, como inflação passada e crescimento econômico, também influenciaram decisivamente a preferência dos eleitores.²⁰

Contudo, embora as pessoas no governo tenham mudado, talvez houvesse menos mudanças do que se pode esperar quanto ao conteúdo verdadeiro das políticas adotadas para resolver problemas econômicos. Embora vários desses novos governos esquerdistas fossem eleitos democraticamente depois de prometer reformas econômicas radicais, as suas políticas econômicas e financeiras visadas ao melhoramento de crescimento e de equilíbrio fiscal permanecem surpreendentemente centristas. Na realidade, isso parece refletir as preferências prevaletentes dos eleitores. Pesquisas de opinião, em um estudo de caso, mostraram um “mandato de políticas moderadas”, em que os eleitores estavam descontentes com algumas formas do capitalismo, mas não apoiaram uma rejeição total dele²¹. Assim, a causa principal da “onda rosada” — o surgimento dos governos esquerdistas — na América

Latina talvez possa ser atribuído às políticas econômicas fracassadas dos governos anteriores, em vez do anti-americanismo. Consequentemente, a eleição de chefes de Estado esquerdistas não, por si só, significa o fim da democracia, mas em vez disso, uma unanimidade geral do descontentamento com os governos conservadores e as políticas econômicas falhas que foram substituídas.

Uma Vulnerabilidade de Interesse

Com as circunstâncias atuais, parece que o único perigo verdadeiro a essas democracias funcionais talvez seja a tentação aparente, entre alguns eleitores, de conceder poderes presidenciais sem precedente a líderes que, com o tempo, podem ser usados para apoderar-se do que os Estados Unidos, tradicionalmente, consideram o “etos democrático baseado em uma constituição”, que por sua vez, tem base na adesão ao Estado de Direito, fortes instituições, transparência e à liberdade de expressão. As nações, onde esses aspectos estão desgastando-se incluem a Bolívia, o Equador, a Nicarágua e a Venezuela. Embora Cuba tenha sido um país comunista há várias décadas, o surgimento de Chávez foi considerado por muitos como perigoso para a democracia, devido às mudanças radicais postas em prática por ele, que fizeram com que a Venezuela fosse uma democracia cada vez mais não liberal, evoluindo na direção do modelo cubano²².

Apoiado pelas grandes receitas petrolíferas possuídas pelo país como o quinto maior produtor do mundo, Chávez reescreveu a constituição da nação, autorizou a sua própria reeleição e substituiu a legislatura com um congresso constitucional dominado pelos seus próprios apoiadores, principalmente das Forças Armadas²³. Com esse novo nível de apoio e facultado por sua legislatura especialmente escolhida, ele estendeu o limite de mandato e pôs em prática leis que corroeram as liberdades tradicionais da democracia, politizou as instituições governamentais da Venezuela e começou a suprimir a liberdade da imprensa com a mídia controlada pelo Estado. Dessa forma, ele dismantelou lentamente as empresas privadas e as liberdades individuais, em troca de concessões àqueles designados por ele e, assim, aumentou o seu poder pessoal²⁴. Subsequentemente, a retórica advogada por outros líderes, na Bolívia e no Equador, parecia apoiar a ideia de que as suas nações seguiriam o exemplo, trocando reformas sociais por uma forma mais autocrática de governo.

Mesmo assim, uma análise mais detalhada das próprias políticas de alguns desses Estados mostra que elas não são tão radicais como alegam ser. Embora líderes, como Correa no Equador, tenham declarado publicamente apoio ao socialismo de Chávez e às organizações regionais, como a sua *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA), o Equador, apenas recentemente, começou a passar por um declínio econômico e ainda parece ser economicamente viável. Embora as suas políticas sejam influenciadas pesadamente por seu radical ministro das relações exteriores, Ricardo Patiño, é importante lembrar que Correa é doutorado em Economia pela University of Illinois e entende o mercado livre. Ele continua a receber altas taxas de aprovação dos equatorianos, apesar das mudanças para a sua constituição e da progressiva perda de liberdade da imprensa.

A Bolívia é outro exemplo de nação que passou para a extrema esquerda. A diversidade etnolinguística (variedades de idiomas e afiliações étnicas) é muito alta no país, e os grupos nativos formam uma grande parte da sua população²⁵. Os pesquisadores foram capazes de vincular diretamente a eleição de Morales na Bolívia com a sua capacidade de aproveitar o amplo descontentamento contra os grupos políticos elitistas entre os grupos nativos²⁶. Muitos na comunidade nativa foram historicamente marginalizados na arena política e, assim, se tornaram propensos a votar em um candidato com quem estão identificados etnicamente e que ofereceu uma ruptura com o passado²⁷. Contudo, a preocupação com o futuro da democracia na Bolívia surgiu devido às reformas radicais implantadas por Morales desde a sua eleição original em 2005, que incluíam a alteração do texto constitucional²⁸. Os críticos do governo de Morales temem que as políticas de reforma constitucional possam conduzir ao mesmo caminho da Venezuela, onde as autoridades eleitas democraticamente e os seus nomeados políticos têm mudado a constituição e as instituições da sua nação tão radicalmente que já não se pode reconhecê-la como uma verdadeira nação democrática²⁹.

Ao suprimir ou regular a liberdade da imprensa, a implantação de reformas que beneficiam indivíduos acima do bem-estar da população geral, e ao designar amigos íntimos e aliados políticos a posições-chave, esses países se tornam progressivamente mais autocráticos e não liberais por natureza.

Retórica ou Verdadeira Mudança Política?

Embora a democracia liberal talvez de fato esteja em perigo na Bolívia, no Equador, na Venezuela e em outros Estados como a Nicarágua, a maioria dos países latino-americanos endossa o modelo democrático liberal predominante na Europa Ocidental. A principal diferença entre os dois modelos é que, embora os Estados europeus distribuam altos níveis de concessões sociais, não mudam rotineiramente as suas constituições para agradar os políticos individualmente. Os poderes duradouros do Estado, no Judiciário no Executivo e no Legislativo, excedem a importância de qualquer única pessoa. Os países como o Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e vários Estados centro-americanos são modernos, democráticos, globalizados e favoráveis ao mercado³⁰. Além disso, nunca antes em sua história, a América Latina se viu tão bem em geral, considerando que ambos, o crescimento econômico e as democracias representativas, estão reduzindo a pobreza e a desigualdade³¹. Consequentemente, conforme a região olha para o futuro, surge uma boa probabilidade de continuar a sua tendência para mais desenvolvimento das democracias sociais.

Além disso, a integração regional nas instituições intergovernamentais recém-estabelecidas, como a ALBA, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), todas promovidas pela esquerda, tem o potencial de avançar a região, abordar as preocupações sociais e melhorar a qualidade de vida para muitos latino-americanos, sendo mais eficiente do que os antigos sistemas políticos da direita. Além do mais, as novas políticas econômicas, na maioria dos países, lhes proporcionam um maior grau de autonomia para seguir suas metas de desenvolvimento ao invés dos modelos econômicos anteriores, baseados na inflexibilidade do Consenso de Washington³².

Também é importante observar que essas políticas, embora mais socialistas na prática, ainda são democráticas por natureza. De fato, o apoio público ao domínio por um partido centralizado e ao governo de estilo politburo advogados pelo marxismo e pelo leninismo estão em declínio na América Latina³³. A maioria das democracias na região parece estar se desenvolvendo mais no estilo dos modelos europeus de democracias sociais do que no modelo da república dos EUA.

Geralmente, possuem mais autoridade centralizada no poder Executivo e relativamente menos exercida pelo Judiciário e pelo Legislativo, ao contrário da ampla distribuição de poder e de autoridade nos Estados Unidos³⁴. No entanto, ainda são democracias verdadeiras no sentido de que as autoridades governamentais são eleitas publicamente em eleições geralmente consideradas livres de corrupção.

A Relação dos Governos Esquerdistas com os Estados Unidos

Ao sugerir que o surgimento da esquerda na América Latina não representa uma ameaça significativa para a democracia na região, é importante para os Estados Unidos analisarem como essas mudanças afetarão as suas relações com as nações no Hemisfério Ocidental. Primeiramente, as reformas econômicas e as melhorias em programas sociais fazem com que seja provável que haverá menos despesas militares feitas por esses novos governos. Por exemplo, o governo reformista do Peru tirou proveito do seu crescimento econômico para gastar grandes excedentes de capital em programas de melhoria social enquanto manteve baixos orçamentos militares³⁵. Isso tem ocasionado o efeito de reduzir a pobreza a níveis históricos mínimos nesse país. Além disso, a grande disputa internacional que o Peru tinha com o Chile, sobre águas propícias à atividade de pesca, parece ter sido resolvida pelo Tribunal Internacional de Justiça, impulsionando a economia do Peru, ao mesmo tempo em que promoveu relações mais estáveis entre os dois países. Além disso, as duas nações são membros principais de um novo acordo comercial chamado Aliança do Pacífico.

Adicionalmente, muitos dos governos na América Latina têm continuado a trabalhar juntos em áreas de integração econômica, como o MERCOSUL, a CAN e a UNASUL³⁶. Atualmente, o governo dos EUA considera essa integração e colaboração de forma positiva, especialmente com grupos como a Aliança do Pacífico, que apoia o comércio livre e a globalização³⁷. A longo prazo, os impactos positivos na região latino-americana desses desenvolvimentos parecem superar alguns impactos negativos, de relativamente curto prazo, representados pelas políticas iniciais dos novos governos esquerdistas que, muitas vezes, introduzem a restrição das liberdades individuais e a nacionalização de propriedades.

O Incerto Caminho à Frente dos Estados Unidos

Embora os Estados Unidos tenham percebido uma reação política adversa da retórica anti-imperialista advogada por muitos dos novos líderes das democracias esquerdistas emergentes, o impacto negativo geral nos EUA, em termos de vinculações políticas e econômicas, tem estado mínimo. Com uma visão para o futuro, ao usar seus instrumentos de persuasão das políticas externas ao invés do poder coercitivo, qualquer que seja o impacto negativo residual de tais mudanças políticas no governo deve ser insignificante. Esse poder “brando”, executado por meio de acordos de livre comércio, cooperação em áreas de interesse comum e esforços diligentes por parte dos Estados Unidos, para melhorar como o país está sendo percebido por toda a região, podem ser muito mais efetivos do que a aplicação do poder “duro”, como invasões militares, coerção em fóruns intergovernamentais como as Nações Unidas e rumores de apoio a golpes de Estado que parecem proliferar por toda a área.

Além disso, muito da cultura popular dos EUA ainda é amada por toda a América Latina e é psicologicamente muito influente. Ademais, os eleitores nativos da região desejam algo como o “Sonho Americano” tradicional — a capacidade de ter mobilidade ascendente e conseguir um padrão de vida mais elevado. Frequentemente, isso é difícil realizar na América Latina onde uma frustração comum com a corrupção e o favoritismo político é resumida no provérbio “os ricos ficam mais ricos e os pobres ainda mais pobres”. Com os avanços recentes e a dispersão rápida da tecnologia de comunicação, hoje as populações do hemisfério inteiro podem ver claramente os modos de vida da grande classe média nos Estados Unidos, graças à disponibilidade muito melhorada das informações e do emprego difundido da mídia social e das comunicações globais³⁸.

Ao tirar proveito do *soft power* (“poder brando”), junto com outras ferramentas tradicionais de influência positiva no mundo em desenvolvimento, como a agência federal estadunidense *Peace Corps* (o Corpo da Paz), os Estados Unidos podem aproveitar a atração positiva da sua cultura popular, ao mesmo tempo que mantêm a sua presença de *hard power* (“poder rígido”) na América Latina quase invisível.

Atualmente, a presença do Departamento de Defesa é relativamente pequena na América Latina, principalmente relegada às operações de cooperação em

segurança e às áreas compartilhadas de interesse mútuo, como assistência aos desastres e exercícios de assistência humanitária, e deve permanecer assim. Os Estados Unidos podem, também, continuar a reduzir a sua presença de *hard power* ao trabalhar com aliados tradicionais, como a Colômbia, para estabelecer acordos trilaterais com outras nações, como o México e o Peru. Essas nações têm desenvolvido vínculos de defesa progressivamente mais íntimos com os Estados Unidos baseados, principalmente, nas metas de construção de capacidade da nação parceira, especialmente no tratamento de assuntos polêmicos em outros países latino-americanos, como a cooperação em segurança³⁹. Ao tirar proveito de um ambiente colaborativo favorável, os Estados Unidos podem continuar a capitalizar no avanço de seus próprios interesses, sem causar ansiedade desnecessária aos cidadãos e governos por toda a América Latina.

Medidas Prudentes para Cultivar a Influência dos EUA

Para garantir que mantenham influência na região, os Estados Unidos devem continuar a respeitar as decisões dos eleitores em países que tenham escolhido governos esquerdistas para representá-los e trabalhar com esses novos governos em áreas de interesse comum. Essas incluem a estabilidade institucional nos órgãos governamentais como os ministérios e departamentos (e.g., os ministérios do interior, de relações externas e de assuntos estrangeiros), e iniciativas relacionadas com a imposição do Estado de Direito e a redução de corrupção — provavelmente os dois assuntos mais importantes que afetam toda a América Latina⁴⁰. Isso inclui o melhoramento radical da transparência das organizações judiciárias e de imposição da lei.

Um exemplo de como isso já está ocorrendo é o trabalho que os Estados Unidos fazem atualmente com o México. Dentro do contexto da “Iniciativa Merida”, um acordo bilateral de cooperação em segurança entre os dois países para combater o crime transnacional, os Estados Unidos estão trabalhando para melhorar a capacidade de imposição da lei no México, por meio de programas baseados no aprimoramento do Estado de Direito e no melhoramento de medidas de prevenção do crime, como a Comissão para Acreditação das Agências de Imposição da Lei⁴¹.

Dessa forma, os Estados Unidos não apenas utilizam a sua capacidade branda de influenciar para aprimorar

os seus objetivos de melhorar a estabilidade institucional em uma outra democracia, mas, também, aproveitaram acordos multinacionais com uma nação parceira, neste caso o México, para exportar esse conhecimento para países centro-americanos, como a Guatemala⁴². As autoridades mexicanas de imposição da lei trabalham e realizam treinamento no Departamento de Justiça dos EUA, com o objetivo de implementar melhorias institucionais, após o retorno. No nível de execução, as forças policiais mexicanas deixam o seu país para treinar com polícias locais em cidades parceiras como Nogales, na Arizona, o que reduz a visibilidade dos EUA no México, sendo sempre um assunto sensível entre os cidadãos dessa nação⁴³. O fato acrescentado do México ter elevado o seu próprio status, passando a ser um exportador de treinamento e conhecimento, tem sido considerado uma vitória para todos os participantes. É exatamente o tipo de modelo que os Estados Unidos precisam para continuar a empregar nas suas relações com os novos governos da América Latina.

A Paciência é a Virtude Fundamental

Com o tempo, as relações americanas com governos esquerdistas, os quais têm escolhido afastar-se dos Estados Unidos podem melhorar. Enquanto isso, os relacionamentos com aqueles que têm mantido a proximidade podem, com muita probabilidade, continuar a florescer.

Por exemplo, atualmente, muitos eleitores em países governados pela extrema-esquerda, como a Venezuela e a Argentina, enxergam os danos causados pelas suas políticas econômicas protecionistas que têm excluído as relações comerciais com os Estados Unidos. Contra esse pano de fundo, as relações negligenciadas que esses governos têm imposto sobre si mesmos certamente não têm melhorado a sua prosperidade financeira, conforme as suas economias têm passado por tempos difíceis devido à queda de preços globais por matérias primas e o advento de novas tecnologias, como o *fracking* (fraturamento hidráulico), que tem inundado os mercados globais com novas fontes de petróleo. Os governos latino-americanos que adotaram as políticas socialistas sustentadas pelos recursos extrativistas podem concluir que o poder de consumo econômico dos EUA seria útil para eles no futuro, se escolherem diversificar as suas economias internas.

A tentativa de normalização, ou pelo menos de uma melhoria, das relações diplomáticas com Cuba, anunciada pelo governo Obama deve, também, contribuir



A Presidente Cristina Fernández de Kirchner, da Argentina, se reúne com o Presidente chinês Hu Jintao em Pequim, na China, 12 Jul 10. Kirchner foi eleita à presidência em outubro de 2007 com a plataforma de realizar esforços continuados para prover programas de bem-estar social aos pobres.

(Presidencia de la Nación Argentina)

bastante para diminuir a retórica antiamericana, e remover uma flecha proverbial da aljava dos políticos antiamericanos da região. Embora essa mudança diplomática possa ser vista como uma vitória para o regime de Castro, chegou a ser uma espinha atravessada na garganta política de vários governos dos EUA ao longo das últimas duas décadas, conforme os líderes populistas na América Latina salientam a hipocrisia da política externa dos EUA nas suas relações com China e Cuba, ambos sendo poderes autocráticos. Ao remover esse ponto político de atrito das pautas das

organizações intergovernamentais do hemisfério, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), os Estados Unidos retira essa testa de ferro do saco de injustiças percebidas as quais os políticos latino-americanos têm tradicionalmente utilizado para criticar o país. Além disso, as nações que continuam tendo relações estreitas de segurança com os EUA, como o Chile, a Colômbia e o México, ajudam a afastar a mentalidade da Guerra Fria de que o país ainda intervirá de forma arrogante nos assuntos internos da América Latina para melhorar os seus próprios interesses.

Conclusão

As mudanças que têm ocasionado o crescimento dos governos esquerdistas na América Latina podem ser atribuídas a vários assuntos do passado, incluindo um histórico de estratificação social e econômica profundamente arraigada que resultou em injustiça contínua entre as classes, e desigualdade social e econômica ao longo de séculos. Esse histórico já levou ao ressentimento amplo e profundamente arraigado contra governos conservadores que frequentemente apoiavam a manutenção do *status quo* para o seu próprio benefício, e um desejo de inverter as prévias políticas sociais e econômicas conservadoras falidas que favoreciam as classes privilegiadas. Não é de se estranhar que o impacto na segurança regional, provavelmente, será menos gastos militares e mais despesas sociais⁴⁴. No entanto, a maior ameaça à democracia viria não de gastar menos nas forças militares latino-americanas, mas de fracassar ao abordar os grandes assuntos da preocupação pública e ao gastar menos na retificação das desigualdades sociais e econômicas históricas⁴⁵. Sem ser abordada, a instabilidade causada pela amargura pública fervente sobre as desigualdades econômicas e sociais, junto com a verdadeira pobreza de grande escala, durante uma era de globalização, representaria uma ameaça significativa para os interesses dos EUA.

É imperativo lembrar que os estilos das democracias variam ao redor do mundo, com base nas experiências e na história de cada país. Assim, embora as democracias da América Latina tenham se tornado mais socialistas com o surgimento do populismo esquerdista na região, não representam um grande desafio para a própria democracia. Em vez disso, o seu novo estilo pode ser visto como uma benção para a difusão da democracia, como maior participação dos povos anteriormente marginalizados continua a crescer. Conforme cada nação adapta o desenvolvimento das suas instituições democráticas internas segundo ao seu próprio histórico, cultura e necessidades, haverá

mudanças contínuas no estilo de governo. Há, de fato, umas poucas exceções entre as nações latino-americanas quanto à direção do desenvolvimento governamental que talvez possam colocar a democracia em risco, mas em geral isso não ocorre.

Para prover apoio e incentivo visíveis para o desenvolvimento da democracia nativa na América Latina, autoridades dos EUA podem enfrentar a retórica antiamericana ao empregar os instrumentos do “poder brando” da política externa, como os acordos comerciais internacionais, programas de visto de trabalho, trabalhos desenvolvidos pela organização Corpo da Paz, operações de manutenção da paz mútuas, melhorias na reforma judiciária, programas de combate à corrupção, trocas educacionais, assistência externa com objetivos específicos acordados e acordos trilaterais e multinacionais onde forem possíveis, especialmente na área de cooperação em segurança. No entanto, acima de tudo, deve continuar a respeitar as decisões dos eleitores latino-americanos e trabalhar com os novos governos que lhes representam nas áreas de interesse comum.

Engajamento contínuo e mais profundo, o aumento do emprego do “poder brando” e a redução do “poder rígido” servirão melhor neste tempo de mudança no Hemisfério Ocidental. O surgimento da esquerda apresenta novos desafios e oportunidades para os Estados Unidos, mas não necessariamente se constitui em um desafio ou ameaça para a democracia.

O Secretário de Estado John Kerry resumiu essa estratégia durante um discurso, em novembro de 2013, quando desafiou os líderes do Hemisfério Ocidental a continuar empregando governos democráticos para gerar desenvolvimento, superar a pobreza e melhorar a inclusão social. Ele continuou afirmando que os Estados Unidos reconheceram as democracias da América Latina e declarou que a era em que o país imporia de imediato os seus interesses na região, por meio do poder militar, já acabou⁴⁶. ■

O Maj Jonathan Bissell, Exército dos EUA, é estudante no Programa de Pós-graduação em Políticas e Práticas Internacionais da Elliott School of International Affairs. É graduado pelo U.S. Army Command and General Staff College, bacharel pela Cameron University e mestre em Relações Internacionais pela Troy University. Desempenhou a função de oficial de logística, durante a maioria da sua carreira, tendo trabalhado como Oficial de Área no Exterior na América Latina nos últimos quatro anos. Serviu, ainda, no Panamá, na Arábia Saudita, no Kuwait, no Iraque e no Peru.

Referências

1. Luis Blanco e Robin Grier, "Explaining the Rise of the Left in Latin America," *Latin America Research Review* 48(1) (2013): p. 68.
2. Jon Beasley et al., "Latin America's Left Turns: an Introduction," *Third World Quarterly* 30(2) (2009): p. 320.
3. Joseph S. Nye Jr., *Soft Power: the Means to Success in World Politics* (New York: Public Affairs, 2005), p. x, 5. O "poder brando" é definido no prefácio como "a capacidade de conseguir o que deseja por meio da atração, em vez de coerção ou de pagamentos" [O "poder rígido" é o emprego de meios militares ou econômicos de influência].
4. Ibid., p. 45.
5. Ibid.
6. Peter H. Smith, *Talons of the Eagle: Latin America, the United States, and the World*, 3rd Ed. (New York: Oxford University Press, 2008), p. 343.
7. Ibid.
8. Ibid.
9. Howard J. Wiarda e Harvey F. Kline, eds., *Latin American Politics and Development*, 7th ed. (Boulder, CO: Westview Press, 2011), p. 65.
10. Hector E. Schamis, Center for Latin American Studies, Georgetown University, Testemunha ao Subcomitê sobre o Hemisfério Ocidental do Comitê de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos EUA, 10 Sep. 2013, acesso em: 3 nov. 2015, <http://docs.house.gov/meetings/FA/FA07/20130910/101287/HHRG-113-FA07-Wstate-SchamisH-20130910.pdf>.
11. Blanco e Grier, "Explaining the Rise," p. 72.
12. Smith, *Talons of the Eagle*, p. 352.
13. "Washington Consensus," website da Organização Mundial da Saúde (OMS), acesso em: 03 nov. 2015, <http://www.who.int/trade/glossary/story094/en>. O termo "Washington Consensus" (Consenso de Washington) descreve 10 políticas que "o governo dos EUA e as instituições financeiras internacionais baseadas no capital dos EUA acreditavam ser elementos necessários da 'primeira fase da reforma das políticas' que todos os países devem adotar para aumentar o crescimento econômico".
14. Wiarda e Kline, *Latin American Politics*, p. 8.
15. Ibid., p. 7.
16. Ibid., p. 8.
17. Blanco e Grier, "Explaining the Rise," p. 71.
18. Council on Hemispheric Affairs, "Argentina's Néstor Kirchner: Peronism Without the Tears," 27 Jan. 2006, acesso em: 3 nov. 2015, <http://www.coha.org/argentinanestor-kirchner-peronism-without-the-tears>.
19. Blanco e Grier, "Explaining the Rise," p. 70.
20. Ibid.
21. Andy Baker e Kenneth F. Greene, "The Latin American Left's Mandate: Free-Market Policies, Economic Performance, and Voting Behavior in 18 Countries," *World Politics* 63 (2011): p. 2.
22. Smith, *Talons of the Eagle*, p. 352. Uma democracia iliberal é um sistema de governo em que a liderança é eleita, mas muitas das liberdades possuídas pelos cidadãos das sociedades democráticas integrais são limitadas ou ausentes.
23. Ibid.
24. Victor Bulmer-Thomas, "Analysis: How Hugo Chavez changed Venezuela," BBC, Latin America and Caribbean, 6 Mar. 2013, <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-15240081> (Acesso em: 03 nov. 2015).
25. Blanco e Grier, "Explaining the Rise," p. 72.
26. Ibid., p. 80.
27. Ibid., p. 78.
28. Mary Vaca, "Bolivia Enacts New Constitution," BBC Mundo, 7 Feb. 2009, acesso em: 20 out. 2015, http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7877000/7877041.stm.
29. Beasley et al., "Latin America's Left Turns," p. 320.
30. Jorge G. Castañeda, "Morning in Latin America: The Chance for a New Beginning," *Foreign Affairs* (September/October 2008): p. 133.
31. Ibid., p. 134.
32. Jason Tockman, "The Rise of the 'Pink Tide' Trade, Integration, and Economic Crisis in Latin America," *Georgetown Journal of International Affairs* (Summer/Fall 2000): p. 31–39.
33. Wiarda e Kline, *Latin American Politics*, p. 1.
34. Ibid., p. 2.
35. Maureen Taft-Morales, *Peru in Brief: Political and Economic Conditions and Relations with the United States*, Congressional Research Service, 18 Oct. 2013, p. 6.
36. Ibid.
37. Ibid.
38. Thomas L. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization* (New York, New York: Picador, 2012), p. 69.
39. Maureen Taft-Morales, *Peru in Brief*, p. 15.
40. David C. Wolfe, "The Latin American Context," preleção para a aula IR 6625 "Latin American Strategic Studies: Enduring Themes and the United States Role," apresentada em 3 dez. 2013 no Forte Benning, na Geórgia.
41. Maureen Meyer, *Mexico's Police: Many Reforms, Little Progress* (Washington, DC: Washington Office on Latin America, May 2014), p. 19.
42. Camilo Mejía, "Mexico-Guatemala Border Program to Protect Migrants from Criminal Groups," website da Insight Crime: Organized Crime in the Americas, 8 Jul. 2014, acesso em: 30 jul. 2015, <http://www.insightcrime.org/news-briefs/joint-mexico-guatemala-border-program-designed-to-protect-migrants>.
43. Ted Robbins, "US Trains Mexican Federal Police to Combat Drugs," National Public Radio website, 13 Apr. 2010, acesso em: 30 jul. 2015, <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=125878556>.
44. Wiarda e Kline, *Latin American Politics*, p. 69.
45. Ibid.
46. John Kerry, Palestra na Organização dos Estados Americanos, website do Departamento de Estado dos EUA, 18 nov. 2013, acesso em: 3 nov. 2015, <http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/11/217680.htm>.